



ESCOLA DE
HUMANIDADES

ESTUDOS IBERO-AMERICANOS

Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 52, n. 1, p. 1-13, jan.-dez. 2026
e-ISSN: 1980-864X | ISSN-L: 0101-4064

DOSSIÊ: RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO: ENTRE DILEMAS E POSSIBILIDADES

Educação superior: a Responsabilidade Social em foco

Higher education: Social responsibility in focus

Educación superior: la responsabilidad social en el punto de mira

**Silvia Cristina de
Oliveira Quadros¹**

orcid.org/0000-0001-8954-9603
silvia.sicrist@gmail.com

**Rosineide Pereira
Mubarack Garcia²**

orcid.org/0000-0002-9901-2495
rose.mubarack@ufrb.edu.br

Recebido em: 30 mar. 2025.

Aprovado em: 27 jun. 2025.

Publicado em: 29 out. 2026.

Resumo: A presente pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico e de natureza exploratória sobre a Responsabilidade Social nas instituições de Educação Superior, no intuito de verificar o estado da arte desta temática na região Sudeste e, ainda, identificar quais as estratégias utilizadas pelas instituições para desenvolver tal política. Para o alcance dos objetivos, o estudo foi fundamentado na pesquisa bibliográfica a fim de se verificar o estado da arte sobre o tema em questão. Foi realizada uma pesquisa exploratória em documentos institucionais, em especial o Plano de Desenvolvimento Institucional, disponíveis na internet, de instituições de Educação Superior localizadas nos estados da região Sudeste, caracterizadas como: de natureza privada, na categoria de universidade, e que tiveram no último ciclo do Sinaes o Índice Geral de Cursos com o conceito 5. Espera-se que os resultados deste estudo contribuam para que as instituições de Educação Superior se conscientizem da importância de sua influência na comunidade locorregional e, quiçá, nacional a fim de que se possa aprimorar o nível socioeconômico e de acesso a bens socioculturais. O estudo, assim delineado, poderá ser de grande importância para as demais instituições que desejam galgar para o *status* de universidade e, assim, constituir-se em um meio importante para o desenvolvimento social da comunidade externa.

Palavras-chave: comunidade; Educação Superior; Responsabilidade Social.

Abstract: This research is an exploratory bibliographic study regarding social responsibility in Higher Education institutions, aiming to assess the state of the art of this topic in the Southeast region and to identify the strategies institutions use to implement such policies. To achieve these objectives, the study relied on a literature review to examine the current state of knowledge on the subject. An exploratory analysis was conducted on institutional documents, specifically the Institutional Development Plan, available online for Higher Education institutions located in the Southeast region. The selected institutions were characterized as private universities that achieved a score of 5 (the highest rating) on the General Course Index during the most recent cycle. The study's findings are expected to raise awareness among Higher Education institutions regarding the importance of their influence on local, regional, and potentially national communities, thereby helping to improve socioeconomic levels and access to sociocultural resources. Thus structured, the study may prove highly valuable to other institutions aspiring to achieve university status and, in doing so, become key drivers of social development for the external community.

Keywords: community; higher education; social responsibility.

Resumen: Esta investigación es un estudio bibliográfico y exploratorio sobre Responsabilidad Social en instituciones de Educación Superior, con el objetivo de verificar el estado del arte de este tema en la región Sudeste de Brasil e identificar las estrategias utilizadas por las instituciones para desarrollar dicha política. Para lograr los objetivos, el estudio se basó en una investigación bibliográfica para verificar el estado del arte sobre el tema. Se realizó un estudio exploratorio de documentos institucionales, especialmente el Plan de Desarrollo Institucional, disponible en línea, de instituciones de Educación Superior ubicadas en los estados de la región Sudeste, caracterizadas como privadas,



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença [CC-BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

¹ Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), São Paulo, SP, Brasil.

² Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Cruz das Almas, Bahia, Brasil.

de categoria universitaria y que tenían un Índice General de Cursos de 5 en el último ciclo del Sistema Nacional de Evaluación de la Educación Superior. Se espera que los resultados de este estudio contribuyan a que las instituciones de Educación Superior tomen conciencia de la importancia de su influencia en la comunidad local y, quizás, nacional, para mejorar el nivel socioeconómico y el acceso a bienes socioculturales. El estudio, tal como se describe aquí, podría ser de gran importancia para otras instituciones que deseen alcanzar el estatus universitario y, por lo tanto, convertirse en un medio importante para el desarrollo social de la comunidad externa.

Palabras clave: comunidad; educación superior; responsabilidad social.

1 Introdução

No Brasil, a expansão da Educação Superior tem sido intensamente pautada nas duas últimas décadas, impulsionada pelas políticas públicas de expansão e interiorização do ensino superior, a partir do Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni – Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007). Não obstante, as políticas de financiamento em cursos superiores em instituições privadas ou filantrópicas, com apoio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES – Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001), têm potencializado essa expansão, inclusive pela necessidade de formação de novos profissionais qualificados, visando atender às novas demandas do mercado globalizado, bem como aos novos desafios da sociedade e da formação humana para a educação do século XXI. Assim, especificamente para a Educação do século XXI, amplamente promovido, o relatório da Comissão intitulado “Educação: dentro dela se esconde um tesouro”, publicado em 1996 (Delors, 2005) pela Unesco e difundido pelo seu presidente Jacques Delors, descreve a defesa de uma concepção e de práticas educacionais que revelem o valor do aprendizado ao longo da vida e possibilitem a emergência de novos talentos, individuais e coletivos. O relatório elenca quatro pilares para sua sustentação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser, aprender a viver em conjunto (Unesco, 1998, 1999, 2009).

Nesse contexto educacional emergente, problematizado com base nos pilares da Unesco e das novas exigências de mercado, novas profissões

surgem, e as profissões existentes precisam, necessariamente, ressignificar ou atualizar a sua matriz curricular. Destarte, novas epistemologias e metodologias são incorporadas na formação do novo perfil de egressos, atendendo a novos campos de atuação e resolução de problemas públicos nas diferentes dimensões, por exemplo: ambientais, econômicos, socioculturais e éticas. E, considerando as novas tendências de saberes e valores atrelados à ampliação de instituições de ensino superior (IES) no Brasil, coloca-se em evidência, dentre outras, esta questão: quais são o compromisso e a Responsabilidade Social (RS) dessas instituições, sejam elas públicas ou privadas? Não obstante, em relação a esse questionamento, alguns aspectos precisam fazer parte das reflexões e da gestão educacional, tais como: a relação da qualidade da educação com os resultados; a eficácia no ensino; a eficiência na formação de profissionais, a equidade na formação profissional, o desempenho do corpo docente envolvido; o investimento tanto do ponto de vista quantitativo como do qualitativo; bem como os princípios éticos na formação de cidadãos éticos, sensíveis ao bem-estar da sociedade.

Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de se repensar a Responsabilidade Social da Educação Superior e a potência da extensão universitária, uma vez que a extensão faz parte da tríade que é a essência universitária, a saber: ensino-pesquisa-extensão. Nessa direção, a extensão, o ensino e a pesquisa possibilitam que a IES cumpra a sua Responsabilidade Social. Responsabilidade Social essa que passa a ser mais exigida e monitorada com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) a partir de 2004, uma vez que a RS passa a ser fortemente integrada aos parâmetros de avaliação da qualidade institucional, tanto do seu ensino quanto da pesquisa e da extensão.

O Sinaes, criado pela Lei n. 10.861/2004, tem como objetivos a promoção da qualidade da Educação Superior brasileira, o acompanhamento da expansão da sua oferta, a verificação da eficácia institucional, a efetividade acadêmica

e social, o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. Para isso, ocorrem periodicamente processos avaliativos das IES brasileiras, analisando seus cursos (dimensão pedagógica, corpo docente e infraestrutura) e o desempenho acadêmico de seus discentes (Brasil, 2004).

Com base nos parâmetros instituídos pelo Sinaes, e considerando que as IES, em seus projetos institucionais, criam expectativas na sociedade no que se refere às dimensões de ensino, pesquisa e extensão, materializados em seus objetivos estratégicos de gestão, missão e resultados desejados, as IES, a partir dos resultados obtidos pela avaliação institucional e de seus cursos, necessitam rever processos internos e as formas de autoavaliação, a fim de que se possa aprimorar cada vez mais o nível educacional, socioeconômico e de acesso a bens socioculturais locais, regionais, nacionais e internacionais, e nessa direção constituir e explicitar uma política de Responsabilidade Social que atenda ao desenvolvimento da sociedade, conforme tais parâmetros instituídos e que, de fato, se institucionalize a inclusão social, econômica e cultural.

É nesse contexto que se justifica uma pesquisa que tem por objetivo realizar um estudo bibliográfico e de natureza exploratória sobre a Responsabilidade Social nas instituições de Educação Superior e identificar quais as estratégias utilizadas pelas instituições para desenvolver tal política. Assim, à luz da situação-problema, partiu-se para o desenvolvimento de um estudo sobre como a Responsabilidade Social é instituída e se apresenta nas IES brasileiras, estruturado aqui nos seguintes tópicos: "A importância da Educação Superior no desenvolvimento social", que aborda tal relevância e as definições de Responsabilidade Social no contexto universitário; "A importância da extensão na Responsabilidade Social"; "Metodologia", em que são apresentados a abordagem metodológica, os procedimentos, os critérios de escolha da amostra representativa da pesquisa, que é a região Sudeste, e o plano de análise dos dados; "Resultados e discussão",

em que se apresentam os resultados sobre a Responsabilidade Social nas universidades e as estratégias utilizadas para desenvolver tal política. Por fim, são apresentadas as considerações finais sobre a Responsabilidade Social e a potência da extensão, como um dos pilares essenciais para o desenvolvimento social da comunidade externa.

2 A importância da Educação Superior no desenvolvimento social

O conceito de Responsabilidade Social da Educação Superior à luz das Conferências Mundiais sobre a Educação Superior de 1990 e 2011, promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), torna-se mais potente como instrumento de promoção da interação entre universidade e sociedade, uma vez que documentos foram construídos nesses eventos sobre as novas dinâmicas do ensino superior e as pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social (Calderón; Gomes; Borges, 2016).

Para Calderón, Gomes e Borges (2016), no campo da educação, as discussões sobre a Responsabilidade Social da Educação Superior se concentram em duas visões paradigmáticas que apresentam matizes dicotômicas e antagônicas, divididas entre o paradigma do consenso e o paradigma do conflito. Esses paradigmas podem ser balizadores para a compreensão da aplicação sobre a Responsabilidade Social e o compromisso da instituição. No excerto a seguir, apresenta-se, nas palavras dos autores, a premissa sobre a Responsabilidade Social na primeira vertente, a do paradigma do consenso:

Na ótica do paradigma do consenso, a Responsabilidade Social da Educação Superior centra-se no cumprimento da missão da universidade, por meio da operacionalização das atividades historicamente atribuídas à universidade (ensino, pesquisa e extensão universitária), isto é, produzir, sistematizar e disseminar conhecimentos. Não seria papel da universidade assumir como bandeira a solução ou a contribuição direta para a solução de problemas sociais, como desigualdade e injustiça social [...]. A universidade cumpriria com sua Responsabilidade Social na medida em que realizasse, com qualidade, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, devendo

ser esse o parâmetro de avaliação (Calderón; Gomes; Borges, 2016, p. 655).

Na vertente do paradigma do conflito, os autores apontam que não há discordância sobre a ênfase dada à tríade ensino, pesquisa e extensão, assim como à qualidade do ensino, mas na ênfase em uma abordagem crítica radical do pensamento pedagógico liberal. Assim, a Responsabilidade Social da Educação Superior deve extrapolar o preparo para a atuação de seus egressos como profissionais em empresas; é necessário que as IES se voltem também para o direcionamento de suas atividades para a atuação social. Nessa perspectiva, a Responsabilidade Social da universidade precisa priorizar o atendimento às demandas das populações e não as necessidades de atendimento ao mercantilismo da globalização neoliberal, deixando explícita a opção político-ideológica de resistência ao avanço do neoliberalismo.

De todo modo, a expansão da Educação Superior brasileira se organiza em arquiteturas acadêmicas, que de forma organizacional e, às vezes associativas concebe as orientações formativas, e essas arquiteturas podem ser compreendidas como sendo paradigmas educacionais e científicos que potencializam a qualidade na Educação Superior, vinculados a critérios de referências previamente estabelecidos, pela sociedade, pelo mercado ou pelo regime organizacional em que a instituição está vinculada. Desse modo, os seus resultados precisam ser monitorados e avaliados pela sociedade e por órgãos de controle.

Para Franco, Morosini e Zanettini-Ribeiro (2015, p. 25), a expansão da Educação Superior está organizada em sete distintas, mas não excludentes, categorias de arquitetura acadêmica, a saber:

- a) de expansão pela via numérica;
- b) de expansão via alternativas (Brasil);
- c) de expansão via alternativas (internacionais);
- d) de expansão via conhecimento (científico/formativo);

- e) de expansão via aproximação universidade-sociedade (socioemancipatória);
- f) de expansão via aproximação universidade-sociedade (empreendedorismo);
- g) de expansão via avaliação/informação/qualidade.

Essas categorias são essenciais para a compreensão e importância que a IES dará à dimensão da Responsabilidade Social e aos resultados institucionais, não obstante, também, evidenciará nos seus marcos regulatórios, planos de gestão, as estratégias a serem utilizadas para a implantação, o acompanhamento dos resultados e impactos da Responsabilidade Social da IES, desvelando o seu compromisso para com a sociedade local, regional, nacional e/ou internacional. Nessa direção, é importante registrar, ainda, que o aumento do sistema de ensino superior, na oferta de cursos superiores, reflete diretamente no desenvolvimento socioeconômico do país com ênfase no local/regional e, neste sentido, a IES, com seus marcos regulatórios, suas práticas de ensino, pesquisa e extensão, potencializa um elo de ligação com a comunidade, assim como estimula o crescimento de uma região, promovendo demandas que propulsionam novos serviços, investimentos nos mais diferentes setores da sociedade, e podendo impulsionar novos indicadores sociais, educacionais, culturais e econômicos.

De todo modo, entre os paradigmas educacionais, entre o consenso e o conflito, a IES, no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), precisa de forma institucionalizada definir as políticas de ensino, pesquisa e extensão, alinhando sua missão e seus objetivos ao desenvolvimento técnico, científico, artístico e cultural, com base em parâmetros, diretrizes, resoluções e leis que regulamentam a Educação Superior no Brasil e as áreas específicas de formação profissional.

Essa função da IES é apresentada por Ribeiro (2011, p. 85) de forma muito clara:

O enfrentamento de situações problemáticas que afligem a sociedade exige preparo técnico e profissional e, mais ainda, a capacidade de lidar com a complexidade própria do ser

humano. Assim, conforme advoga Nogueira (2000), a universidade tem hoje como princípio que, para a formação do profissional cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá que enfrentar. Por isso, entende-se que a universidade deve superar o enfoque da extensão universitária como um mecanismo meramente de projeção social, como um conjunto de ações bem-intencionadas junto à comunidade. A função central da extensão é a formação profissional, a produção de conhecimentos, o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida da comunidade interna e de seu entorno.

Nesse excerto, a autora apresenta a Responsabilidade Social da IES partindo da interação com a sociedade de forma compromissada ao formar profissionais tecnicamente capazes de enfrentar e modificar a sociedade. E essa premissa esbarra na qualidade da formação dos estudantes, na expansão desenfreada de IES que, mesmo com boas intenções, não alcançam, todavia, a qualidade requerida para fazer a diferença no contexto social em que estão inseridas.

Para Castro e França (2012, p. 274), a expansão do ensino superior é um fato que vem ocorrendo:

Diversos fatores concorrem para o desenvolvimento acelerado de tal processo, entre os quais destacamos: a necessidade do mercado de trabalho por mão de obra qualificada, a necessidade de certificação, o crescimento da procura social de ensino, além do processo de mobilização social e do crescimento dos sistemas educacionais.

Nesse cenário, ressalta-se a relevância do Sinaes, que tem como finalidade a melhoria da qualidade da educação nos cursos de graduação e instituições de Educação Superior, por meio de mecanismos avaliativos, que visam autorização e reconhecimento de curso, renovação de reconhecimento de curso de graduação, bem como autorização, credenciamento e credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação (Brasil, 2004). Esse sistema avaliativo fundamenta-se pelo princípio constitucional da garantia de padrão de qualidade, previsto no art. 206, inciso VII da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Ainda, é relevante destacar as estratégias e ações de fomento aos processos de avaliação

e autoavaliação institucionais, bem como os processos de avaliação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que visam assegurar a qualidade educacional, a ampliação da política de acesso e financiamento, em prol da permanência qualificada dos estudantes no ensino superior, no âmbito da graduação e da pós-graduação.

Desse modo, outro marco regulatório utilizado pela IES, que fundamenta as suas decisões estratégicas de gestão, tendo o desenvolvimento social como ponto fulcral, é o Plano Nacional de Educação (PNE), que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. O Plano apresenta 10 diretrizes que devem guiar a educação brasileira nesse período e estabelece 20 metas a serem cumpridas na vigência (Brasil, 2014). Entre essas metas destacam-se as três relacionadas ao Ensino Superior:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13: elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores (Brasil, 2014).

Essas metas apontam para a necessidade de grandes aportes financeiros, parcerias interinstitucionais, professores universitários qualificados para a ampliação das ações de ensino, pesquisa e extensão, políticas de fomento e apoio às pesquisas e ações extensionistas, assim como um dialógico bastante profícuo com a sociedade, com o mundo do trabalho (não apenas para fins de atuação, mas, sobretudo, para promoção de campo de estágio para os estudantes em formação), redes de cooperação entre entes da

Federação, dos estados e dos municípios, uma vez que o Brasil é um país que desvela uma estrutura social muito heterogênea, com desigualdades socioeconômicas que acabam criando condições desfavoráveis de acesso à educação, à saúde, ao lazer e aos direitos fundamentais e, para alguns grupos mais vulneráveis, a exposição à pobreza ou à extrema pobreza. Não obstante, o acesso à Educação Básica e Superior potencializa a formação cidadã e qualifica o sujeito a alcançar níveis melhores de escolarização, de formação profissional, de acesso aos saberes científicos, socioculturais, de atuação no mercado de trabalho, bem como amplia os conhecimentos sobre os direitos de estar no mundo e de ter as condições de transformá-lo, de forma emancipatória, ética, afetiva, solidária e coletiva. Nesse sentido, a importância da Responsabilidade Social na IES toma destaque nas discussões propostas neste estudo, pois coloca em evidência a razão e a existência de uma instituição promotora de educação e desenvolvimento social, através de suas políticas e práticas de estímulo à participação social.

3 A importância da extensão na Responsabilidade Social

A legislação sobre a exigência da prática da extensão é bastante recente, foi delineada pela Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE) (Brasil, 2018), que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. A partir dessa data, as IES tiveram três anos para implantação da referida legislação em seu currículo, ao contemplar 10% de sua carga horária para a inserção de programas de extensão.

A Resolução n. 7/2018 (Brasil, 2018) orienta que a extensão deve estar atrelada ao ensino e à pesquisa, conforme já apontado pela Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394/96. A Resolução n. 7/2018, em seu artigo 6º, inciso VII, apresenta que "a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira". Dessa forma,

pressupõe-se que as IES precisam desenvolver ações e programas que impactem a sociedade, considerando as comunidades vulneráveis, promovam a inclusão social, o respeito à diversidade; além de focar em ações que considerem os aspectos econômicos e socioambientais. Apesar de se ter um aparato de legislação e orientações sobre a extensão, essa prática no currículo é ainda um desafio para as IES, visto que o conhecimento baseado no ensino ainda caracteriza os cursos de graduação.

A extensão ocupa um espaço muito importante na função social das IES e é uma prática que "desempenha a função de socialização do conhecimento junto à comunidade externa, num processo de ação comunitária visando sua autonomia" (De Marco *et al.*, 2016, p. 6). Sob essa visão, a IES está imbuída de uma Responsabilidade Social, ambiental, de inclusão, a fim de melhorar a vida dos cidadãos e apontar caminhos para a emancipação.

Recentemente, em 11 de março de 2025, foi assinada a Portaria Interministerial SG-PR/MEC n. 192, que aprova o Documento de Referência da Extensão em Participação Social e estabelece diretrizes para sua implementação. O referido documento aprovado apresenta uma visão que extrapola a questão assistencialista visada nas políticas públicas e aponta para o protagonismo participativo à comunidade. Isso significa incentivar um envolvimento ativo da sociedade nos processos decisórios das políticas públicas e, nessa vertente, a IES adquire um papel muito importante ao integrar as atividades acadêmicas com demandas e saberes das comunidades locais.

O referido documento define cinco dimensões estruturantes para orientar a formulação de ações extensionistas que promovam a participação popular e o controle social: (1) participação social – envolvimento ativo da sociedade nos processos decisórios das políticas públicas; (2) extensão universitária – integração das atividades acadêmicas com demandas e saberes das comunidades locais; (3) território/territorialidade – valorização das especificidades e diversidades socioculturais

de cada região; (4) intersetorialidade/transversalidade – colaboração entre diferentes áreas do conhecimento e setores da sociedade; (5) educação popular e educação cidadã – conscientização crítica e emancipação social. Essas cinco dimensões apontam uma visão macro que pode ser desdobrada pelas IES e, dessa forma, fortalecer a aplicação do conhecimento construído no interior das IES, bem como promover uma colaboração efetiva com as comunidades locais, podendo contribuir para o desenvolvimento social e econômico sustentável.

As Diretrizes da Extensão Universitária em Participação Social (Brasil, 2025) apresentam os seguintes princípios: participação social como direito do cidadão e expressão de sua autonomia; redução das desigualdades e promoção da justiça econômica e social; valorização da diversidade cultural e regional; respeito ao direito à informação e utilização de linguagens simples e objetivas; valorização e respeito à dimensão socioambiental nas políticas públicas; fortalecimento do pacto federativo; promoção e acompanhamento das transformações tecnológicas e aceleração da digitalização da economia e da sociedade; interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; valorização da política de curricularização da extensão; promoção da participação dos estudantes da pós-graduação e da produção acadêmica; impacto na formação do estudante e impacto e transformação social. Esses princípios apontam um quadro amplo e direcionado para urgentes transformações nas IES, que necessitam se apropriar dessa visão mais ampla e engajada no contexto social, distanciar-se das ações assistencialistas a fim de formar cada cidadão como ativo, participante e consciente de seus direitos e deveres na sociedade.

Nessa direção, a extensão como via de realização da Responsabilidade Social faz das IES um canal de acesso e de meio para que as pessoas possam se conscientizar de seus direitos, de sua cidadania e, com a sua participação política, possam encontrar seu lugar na sociedade, tendo acesso aos bens de consumo e ao desenvolvimento pessoal, cultural e profissional, sendo ca-

pazes de promover a redução das desigualdades para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

O Documento da Referência da Extensão em Participação Social (Brasil, 2025, p. 21) apresenta ações estratégicas que deverão ser "desenvolvidas no âmbito da Extensão em Participação Social", tais como:

a) Curricularização da Extensão (Art. 4º - Resolução nº 7/2018 - CNE/CES).

b) Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX).

c) Programa de Educação Tutorial - PET (Portaria nº 343, de 24 de abril de 2023, que altera a Portaria nº 946, de 27 de julho de 2010).

d) Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (PROEXT-PG).

(Portaria Conjunta CAPES/ SESU nº 1, de 8 de novembro de 2023).

e) Intercâmbios e Eventos envolvendo IES, Gestores Públicos e Organizações da Sociedade Civil/Movimentos Sociais.

Essas ações propostas advêm das legislações já existentes, conforme explicitadas no documento supracitado, e apontam que as IES, sejam elas de natureza pública ou privada, devem estabelecer programas que atendam a essas ações. Este estudo focou nas IES de natureza privada com ou sem fins lucrativos, conforme critérios explícitos no tópico Metodologia.

Ribeiro (2011, p. 86) afirma que "A extensão deve ser concebida como uma práxis transformadora, um mecanismo que a universidade dispõe para cumprir a Responsabilidade Social". E, na esteira dessa premissa da autora, a IES precisa estabelecer um plano sistematizado de implementação da política de Responsabilidade Social a fim de que ações, projetos, programas possam convergir para o propósito de proporcionar à sociedade um crescimento quanto aos aspectos sociais, econômicos e culturais.

É na IES que os saberes são construídos, reconstruídos e podem movimentar a comunidade

acadêmica para olhar extramuros e aplicar conceitos e teorias estudados. Entretanto, apesar da exigência da legislação de se articular ensino, pesquisa e extensão, a extensão fica relegada a projetos pontuais que não permitem mudanças mais profundas na comunidade. E, quando se compreende o Documento de Referência da Extensão em Participação Social, encara-se a seriedade e importância da extensão na transformação social. Nessa direção, a IES pode estabelecer ações que contribuam para a solução de problemas sociais e ambientais, partindo de conhecimentos estudados no currículo, seja o estudante de qualquer curso de graduação. Além disso, os projetos e programas de extensão devem envolver estudantes, professores, técnico-administrativos, ou seja, toda a comunidade acadêmica e, ainda, estar voltados para uma visão de inclusão social, focando na população vulnerável, apontando para a construção de uma cidadania ética.

4 Metodologia

Neste tópico do estudo, é apresentado como foi desenvolvida a pesquisa, a abordagem, os instrumentos e os procedimentos, bem como o plano de análise, tendo em vista a busca por responder uma questão específica: identificar quais as estratégias utilizadas pelas IES sobre as políticas de Responsabilidade Social, com ênfase na região Sudeste. Nessa linha, a presente pesquisa se ancorou na abordagem qualitativa, tendo como método a pesquisa bibliográfica (Gil, 2002), realizando o estado da arte sobre essa temática. Considerando a natureza do objeto de pesquisa, foi necessário realizar um levantamento de documentos institucionais pelas IES em seus *sites* oficiais, a identificação de marcos regulatórios sobre o funcionamento da IES e suas práticas inerentes à Responsabilidade Social descritas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Como critério de seleção da amostra, foram selecionadas as IES com Índice Geral de Cursos (IGC) 5, da região Sudeste, categoria administra-

tiva privada, com fins e sem fins lucrativos, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, avaliadas pelo MEC através do Sinaes e que disponibilizem em seu *site* o PDI.

A análise fundamentou-se na proposta de Bardin (2011) sobre a análise de conteúdo, com o intuito de alcançar o objetivo proposto. Conforme a autora, a análise de conteúdo baseia-se em três fases: a pré-análise: escolha dos documentos e formulação de hipóteses; a exploração do material: quando os dados são codificados e categorizados em unidades de registro e contexto; o tratamento dos resultados e sua interpretação, a fim de se poder fazer inferências e conclusões.

5 Resultados e discussão

Na busca de instituições, conforme proposto na metodologia, foram selecionadas aquelas com IGC 5, localizadas nos estados da região Sudeste. Foram encontradas 26 IES na organização acadêmica de faculdade e universidade, assim distribuídas:

- São Paulo: 11 IES: 1 universidade e 10 faculdades, sendo 3 da categoria de privadas com fins lucrativos e 8 sem fins lucrativos;
- Rio de Janeiro: 7 IES: 6 faculdades e 1 universidade, todas sem fins lucrativos;
- Espírito Santo: 5 IES: 4 com fins lucrativos e 1 sem fins lucrativos, todas na organização acadêmica de faculdade;
- Minas Gerais: 3 IES: 2 sem fins lucrativos e 1 com fins lucrativos, todas na organização acadêmica de faculdade.

Após a busca pelas IES, passou-se à realização da pesquisa, conforme proposto na metodologia. Durante a pesquisa, não foram encontrados PDIs em todas as IES; assim, foram buscados outros documentos, como o Relatório da Comissão Própria de Avaliação (CPA), ou verificou-se destacada no próprio *site* a informação sobre a Responsabilidade Social, conforme se descreve no quadro 1, a seguir.

QUADRO 1 – Abordagem das IES sobre a Responsabilidade Social

IES	Estado	Características	Abordagem da Responsabilidade Social
1	SP	Universidade – sem fins lucrativos	PDI não está disponível na internet e não há informações no <i>site</i> .
2	SP	Faculdade – sem fins lucrativos	Informações disponíveis no <i>site</i> da IES e no PDI. Possui políticas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico e à Responsabilidade Social. Distribuição de alimentos para moradores de rua; campanha do agasalho; doação de livros para penitenciária feminina; doação de <i>kits</i> de higiene; participação em programa socioambiental; arrecadação e distribuição de brinquedos.
3	SP	Faculdade – com fins lucrativos	Não há PDI disponibilizado, mas há informação no <i>site</i> : a IES informa que promove campanha em vários âmbitos da Responsabilidade Social e informa que participa de grandes programas sociais, como "Barco da Saúde", movimento social com pessoas em situação de rua; realiza atendimentos médicos e odontológicos à população (esse projeto engloba ensino, pesquisa e extensão), projeto: aprender brincando com saúde.
4	SP	Faculdade – com fins lucrativos	Não há informação específica sobre a Responsabilidade Social na internet.
5	SP	Faculdade – sem fins lucrativos	O PDI não está disponibilizado. No <i>site</i> da IES, há informação sobre a realização de um evento sobre o tema, relacionando-o à Responsabilidade Social corporativa. Apresenta a política de Responsabilidade Social como ações, como exemplo: cursos gratuitos abertos à sociedade.
6	SP	Faculdade – sem fins lucrativos	No <i>site</i> há informações sobre um programa de Expedições Científicas e Assistenciais (PECA) como um programa de extensão, que incentiva o atendimento integral à saúde do paciente e a Responsabilidade Social dos alunos da instituição.
7	SP	Faculdade – sem fins lucrativos	Não há PDI disponibilizado. A IES apresenta em seu <i>site</i> um artigo sobre a Responsabilidade Social e os tipos que a constituem. A IES apresenta em seu <i>blog</i> : artigos sobre ESG (sigla em inglês para <i>environmet, social, governance</i> – "ambiental, social e governança"). Apresenta também em <i>site</i> um evento sobre Responsabilidade Social empresarial e ações sociais: como projetos de gestão e formação de profissionais para o terceiro setor.
8	SP	Faculdade – sem fins lucrativos	Não há PDI disponibilizado. A IES menciona em seu <i>site</i> a metodologia extensionista e a Responsabilidade Social como uma disciplina de 30 horas.
9	SP	Faculdade – sem fins lucrativos	Não há informações sobre o tema.
10	SP	Faculdade – sem fins lucrativos	Não há PDI disponibilizado. A IES apresenta no <i>site</i> a Responsabilidade Social empresarial (curso <i>on-line</i> gratuito), artigos sobre o tema; <i>e-book</i> sobre o tema.
11	SP	Faculdade – sem fins lucrativos	Não há PDI disponibilizado. Em seu <i>site</i> a IES oferta um prêmio de ações práticas de Responsabilidade Social. A IES promove eventos. A IES recebeu o selo de Responsabilidade Social pela ABMES.
12	RJ	Universidade – sem fins lucrativos	O PDI da IES apresenta o tema relacionado a uma modalidade da extensão e menciona atividades de auxílio ao aluno. Há menção de projeto de doação para auxílio do aluno carente; programa jovem aprendiz; voluntariado dos alunos em serviços à comunidade. Apresenta que a Responsabilidade Social está presente em cada ação pedagógica.

IES	Estado	Características	Abordagem da Responsabilidade Social
13	RJ	Faculdade – sem fins lucrativos	No PDI da IES, há a conexão da Responsabilidade Social com a ambiental, explicitando que se refere a benefício coletivo. Apresenta a existência de bolsa de demanda social.
14	RJ	Faculdade – sem fins lucrativos	O PDI da IES apresenta que a Responsabilidade Social é um eixo norteador no ensino, na pesquisa e na extensão.
15	RJ	Faculdade – sem fins lucrativos	O PDI da IES apresenta a Responsabilidade Social como atrelada à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social da região, defesa do meio ambiente, memória cultural, produção artística e do patrimônio cultural. A IES menciona no PDI parceria com o instituto de tecnologia.
16	RJ	Faculdade – sem fins lucrativos	A IES aborda em seu PDI a Responsabilidade Social como inerente à atividade científica. Inclui bolsa de demanda social, parceria com organizações comunitárias, pré-vestibular social para preparar alunos de baixa renda.
17	RJ	Faculdade – sem fins lucrativos	Conquistou o título de instituição socialmente responsável. Tem em seu <i>site</i> a informação de desenvolver programas educacionais e idiomas e atividades esportivas. Há informações sobre projetos e parcerias sobre a responsabilidade sociocultural.
18	RJ	Faculdade – sem fins lucrativos	Em seu PDI informa que há inclusão da temática nas atividades de ensino. E, na extensão, atividades que envolvam inclusão social, desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente e memória cultural. Programa jovem talento – curso para estudante com notável desempenho e com auxílio financeiro. Programa de estudos em gestão social.
19	ES	Faculdade – sem fins lucrativos	Não há PDI disponibilizado. Em seu <i>site</i> , a IES informa que mantém um programa de bolsas de estudo de 50% a 100% para pessoas nos vários níveis de ensino.
20	ES	Faculdade – com fins lucrativos	PDI não está disponibilizado e o <i>site</i> não apresenta a temática.
21	ES	Faculdade – com fins lucrativos	PDI não disponibilizado, mas a IES apresenta em seu <i>site</i> que desenvolve projetos e ações sociais qualificam pessoas para a inserção no mercado de trabalho para que possam participar ativamente da vida científica, cultural, social e política da sociedade.
22	ES	Faculdade – com fins lucrativos	A IES não disponibilizou o PDI e não há informação sobre o tema no <i>site</i> .
23	ES	Faculdade – com fins lucrativos	A IES apresenta a Responsabilidade Social em seu <i>site</i> relacionada à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
24	MG	Faculdade – com fins lucrativos	A IES não disponibilizou o PDI, mas informa em seu <i>site</i> que é uma IES contemplada com o selo da ABMES.
25	MG	Faculdade – sem fins lucrativos	A IES em seu PDI aponta que a Responsabilidade Social se refere aos serviços prestados à comunidade externa, incluindo: cursos e atividades formativas destinados à transmissão de conhecimentos.
26	MG	Faculdade – sem fins lucrativos	A IES não disponibilizou o PDI e não há descrição no <i>site</i> .

Fonte: resultado de pesquisa (2025).

Os resultados encontrados apontam uma difusão da Responsabilidade Social não muito explícita nos documentos ou nos respectivos *sites* das IES pesquisadas. Assim, ao se observar as 26

IES, verifica-se que a descrição e informações das estratégias são elementares e não apresentam a instituição como um excelente catalisador de ações que podem ser feitas para a melhoria da

sociedade local. A seguir, apresenta-se a caracterização das abordagens das IES com a questão da Responsabilidade Social.

✓ Dentre as IES, encontram-se as abordagens com a apresentação do trabalho com a Responsabilidade Social: 1. atrelada à extensão para a comunidade externa, com cunho acadêmico; 2. voltada às ações com programas de doações, geração de rendas; 3. estratégias e ações voltadas para os alunos da IES, estando vinculadas à permanência dos alunos; 4. vinculada às políticas de meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

✓ Essas quatro formas de trabalho com a extensão apresentadas na IES atendem ao que é apresentado no Documento de Referência da Extensão em Participação Social, mas cada instituição atende alguns aspectos, havendo necessidade de aprofundamento nas cinco dimensões apontadas neste artigo, a fim de que promovam a participação popular e o desenvolvimento social.

✓ Há uma dessas IES, a identificada como número 11, que se utiliza de sua marca para ofertar um prêmio àquelas IES que têm práticas sociais exemplares em educação; arte e cultura; esporte comunitário; saúde; meio ambiente e saneamento; cultura da paz. Em algumas IES, o tema Responsabilidade Social aparece coligado à responsabilidade ambiental. A IES de número 11 apresenta em seu PDI, como uma modalidade de extensão, programa de assistência social, atividades de cunho social no ensino, atividades que se referem à inclusão de discentes com dificuldades econômicas e necessitam de auxílio para permanência na universidade.

Em sua maioria, as IES são certificadas pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES), e essa premiação aponta que essas instituições, consideradas de excelência acadêmica, também têm uma influência significativa para a sociedade. No entanto, há uma ausência de informações sobre como as IES

trabalham a Responsabilidade Social. E, assim, deixa-se de influenciar as demais IES para se mobilizarem para o trabalho com a Responsabilidade Social e apaga-se a percepção de importância da Educação Superior na melhoria da qualidade de vida da população.

Conforme apresentado no quadro construído com as características das 26 IES, verificou-se que elas atendem ao que preconiza o Documento de Referência da Extensão em Participação Social, mas de forma tímida, uma vez que essas IES são uma potência acadêmica dentro da sociedade, são de nível de excelência, conforme classificadas pelo Sinaes, e as atividades de extensão desenvolvidas nas IES podem ser um suporte para a Responsabilidade Social.

A extensão pode ser um meio de excelência para se alcançar a comunidade social e poder auxiliar seu crescimento, fornecendo o conhecimento produzido nas IES como resultado do ensino e da pesquisa, assim podendo transferir conhecimento e aplicar a teoria na prática. É um jogo de ganha-ganha, em que os estudantes aprendem e praticam e a comunidade é altamente beneficiada com os conhecimentos e inovações advindos das IES.

6 Considerações finais

O estudo sobre a Responsabilidade Social proporcionou uma visão mais acurada sobre o potencial que a Educação Superior tem na melhoria da condição de vida da sociedade e sua conscientização para a constituição de sujeitos conscientes, éticos, capazes de desenvolver-se por meio de sua participação social.

Destarte, à luz das discussões sobre Responsabilidade Social e das legislações vigentes, quanto às instituições de ensino superior da Região Sudeste, com conceito 5 atribuído pelo Sinaes, revelou-se através dos dados coletados pela presente pesquisa que estão de acordo com a legislação vigente, haja vista o reconhecimento socioacadêmico que recebem da ABMES; entretanto, as informações disponibilizadas nos *sites* e no documento pesquisado (o PDI), quando disponíveis, não demonstram o potencial de

extensão utilizado por elas.

As informações são escassas e precisam ser buscadas para serem conhecidas, não estão explicitamente expostas. A exposição das ações de forma mais clara poderia auxiliar as demais IES a rumarem para a concretização da extensão de forma mais assertiva, a fim de não só cumprirem a legislação, mas de serem instituições que cumprem um papel social de relevância na comunidade social, contribuindo para a construção de uma cidadania consciente e participativa.

As reflexões aqui apresentadas apontam para a responsabilidade das IES para com a comunidade social, mas também para a responsabilidade acadêmica, no sentido de compartilhar seus programas e ações que, além de cumprir a legislação, transformam a sociedade local.

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.
- BRASIL. *Extensão em Participação Social*: Documento de Referência. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilha/EXTENSOEM-PARTICIPAOSOCIALDOCUMENTODEREFERNCIA MEC.pdf>. Acesso em: 30 mar 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Dispõe sobre as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e a sua aplicação no âmbito dos cursos de graduação. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105128-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 mar. 2025.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. PNE. Brasília, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- BRASIL. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)*. Brasília: INEP, 2004. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinaes>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- CALDERÓN, Adolfo I.; GOMES, Cleber F.; BORGES, Regilson M. Responsabilidade Social da Educação Superior: mapeamento e tendências temáticas da produção científica brasileira (1990-2011). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 653-679, jul./set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n66/1413-2478-rbedu-21-66-0653.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; FRANÇA, Magna (org.). *Política Educacional*: contextos e perspectivas da educação brasileira. Brasília, DF: Liber Livros, 2012.
- DE MARCO, Antonio Ricardo; SARMENTO, Dirleia Fanfa; MENEGAT, Jardelino. A extensão como expressão da Responsabilidade Social universitária. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, v. 2, n. 1, p. 191-213, 2016. DOI: [10.22348/riesup.v2i1.7526](https://doi.org/10.22348/riesup.v2i1.7526). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650544>. Acesso em: 29 maio 2025.
- DELORS, Jacques (org.). *A Educação para o século XXI*: questões e perspectivas. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- DURHAM, E. A Responsabilidade Social das instituições de ensino superior. *Estudos*, [s. l.], v. 22, n. 34, p. 13-27, 2005.
- FRANCO, Maria Estela Dal Pai; MOROSINI, Marília Costa; ZANETTINI-RIBEIRO, Cristina. Expansão da Educação Superior brasileira e focos estratégicos: da gestão à formação de professores. In: CASTRO, Alda Maria Duarte de Araújo; BARBALHO, Maria Goretti Cabral (org.). *Políticas de expansão da Educação Superior*: dimensões, cenários e perspectivas. Natal: EDUFRRN, 2015. p. 19-46.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- MACHADO, Fernando Locks; GIANEZINI, Kelly. Responsabilidade Social Universitária no Brasil: perspectivas para o século XXI. In: ESTEVAM, Dimas de Oliveira; SANTOS, Maria João; JACQUES, Caroline da Graça; SEABRA, Fernando Miguel (org.). *Responsabilidade Social e objetivos do desenvolvimento sustentável*: conexões e diálogos. Criciúma: Unesc, 2021. Cap. 9.
- PINA, Leonardo Docena. *Responsabilidade Social e educação escolar*: o projeto de educação básica da "direita para o social" e suas repercussões na política educacional do Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2252>. Acesso em: 23 set. 2026.
- RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. A extensão universitária como indicativo de Responsabilidade Social. *Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária*, Brasília, v. 15, n. 1, jul. 2011. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdl/article/view/3185>. Acesso em: 26 maio 2025.
- UNESCO. Declaração da Conferência Regional da Educação Superior na América Latina e no Caribe. *Avaliação*, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 235-246, 2009.

UNESCO. *Declaración mundial sobre la educación superior en el siglo XXI: visión y acción*. Paris: Unesco, 1998. Disponível em: http://www.Unesco.org/education/educprog/wche/declaration_spa.htm#marco. Acesso em: 21 jan. 2011.

UNESCO. *Política de mudança e desenvolvimento no ensino superior*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

Silvia Cristina de Oliveira Quadros

Pós-doutora em Educação na FE/USP (2005/2006). Doutora em Letras: Semiótica e Linguística Geral pela FFLCH/USP (1999). MBA em Gestão Estratégica na (FEARP USP - Ribeirão Preto - 2016). Especialização na UNESC (2022) - Liderança, Gestão, Resultados e Engajamento. Experiência na área acadêmica com as disciplinas: Língua Portuguesa, Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa, Análise do Discurso, Prática de Ensino e Produção de Textos, formação de Professores e Metodologia de Ensino da Linguagem. Atuou na área administrativa como coordenadora do curso de Letras e diretora acadêmica nas Faculdades Integradas Módulo - atual UNIMODULO. Participação em congressos nacionais e internacionais com apresentação de trabalho. Participa dos grupos de pesquisa: GPADE- Grupo de pesquisa aprendizagem, práticas docentes e de gestão escolar; GEDEC - Grupo de estudos em direito e diversidade étnico-cultural) do centro Universitário Adventista de São Paulo. Atuou como Assessora Pedagógica, Diretora Acadêmica e Pró-reitora de Graduação no Centro Universitário Adventista de São Paulo - UNASP e desde junho de 2017, atua como Pró-reitora Associada e Diretora de Graduação na mesma Instituição e como docente do curso de Pedagogia - campus SP. Atua como professora Permanente no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação - Doutorado e Mestrado Profissional em Educação do UNASP.

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

Graduada em Pedagogia pela FEBA (1995), Especialista em Psicopedagogia pelo CEPOM (1997), Mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela UFBA/UEFS (2004) e Doutora em Educação pela UFBA (2008). Experiência na área de Educação, Formação de Professores, Políticas Públicas, Avaliação e Tecnologias de Informação e da Comunicação. Professora Titular do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professora permanente do Mestrado Profissional em Educação do Campo (UFRB). Professora permanente do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB). Membro/presidente do Conselho Editorial da Editora da UFRB. Pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação da UFRB (jul/2015-jan/2018). Pró-reitora de Graduação da UFRB (fev/2018-out/2019). Superintendente da Editora da UFRB (dez/2019 até o momento).

Endereço para correspondência

SILVIA CRISTINA DE OLIVEIRA QUADROS

Rua Francisco Regiani, 960, Condomínio Jacarandá - Engenheiro Coelho, 13448459

São Paulo, SP, Brasil

ROSINEIDE PEREIRA MUBARACK GARCIA

Rua Rui Barbosa, 710 Centro, 44.380-00

Cruz das Almas, Bahia, Brasil

Como citar este artigo:

Quadros, S. C. de O., & Pereira Mubarack Garcia, R. Educação superior: a Responsabilidade Social em foco. Estudos Ibero-Americanos, e47759. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2026.1.47759>

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.